

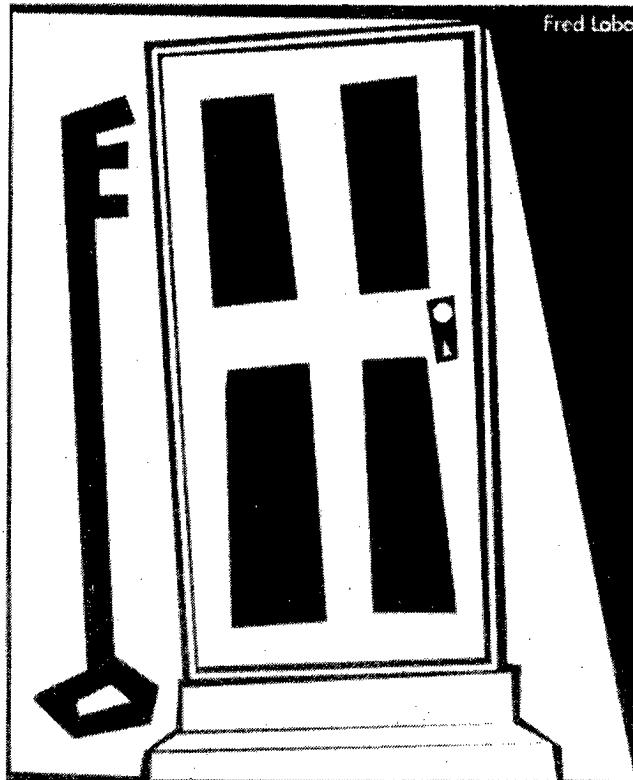
Desemprego

Josaphat Marinho

CORREIO BRAZILIENSE

O desemprego no país despertou amplo debate no Senado. Vivo e, de modo geral, sem exageros. Documentado, sem perder-se no emaranhado das teorias econômicas. Se foram invocados Marx e Keynes, e substância da discussão consistiu na análise da política do governo, na perspectiva de ampliação do mercado de trabalho. Com a iniciativa ou a participação de líderes e representantes dos partidos que apóiam o governo, a preocupação não era de acusar ou criticar, mas de abrir clareiras à mudança da orientação econômica. Destituído o diálogo de exaltação, citaram-se fatos e números, indicativos das dificuldades crescentes para parcela cada dia maior de mão-de-obra sem trabalho. Segundo noticiado, só em São Paulo há cerca de um milhão de desempregados.

Afastado momentaneamente o espírito de solidariedade ou de combate ao poder dominante, prevalecia o ânimo de amparo ao trabalhador. Era geral o reconhecimento da inconveniência dos juros altos, que solapa a vida das empresas, reduz-lhes o capital de giro, e acaba por dificultar a manutenção ou a conquista de contratos de emprego. Reclamava-se a retomada do crescimento econômico como política geradora de novos empregos. Especificamente se cuidou de revigoramento da construção civil, da atividade agrícola e de fortalecer-se o equilíbrio regional. De modo particular foi assinalada a necessidade de linhas de crédito para pequenas e médias empresas. De passagem, sem alterar o clima da dis-



cussão, houve quem admitisse que o governo estava ofuscado pela idéia de lucro.

Importante, também, foi a observação de que o dever de solução do desemprego não é restrito ao governo; estende-se à sociedade. Vale dizer: impõe-se um pacto social para enfrentar a grave questão. Em verdade, se o desemprego em alta escala é sempre resultante de um desequilíbrio na economia, superá-lo ou reduzi-lo é função comum do governo e do poder econômico privado. A solidariedade aos que não têm fortuna, ou possuem como bem apenas sua aptidão de trabalho, não é restrita ao governo, mas extensiva ao corpo social. Para garantir o cumprimento desse esforço solidário é que se exige, mesmo, que o Estado não seja enfraquecido. Como organismo de maior autoridade, cabe-lhe a correção dos ex-

cessos, das falhas, ou das injustiças do procedimento individualista e capitalista. Essa capacidade de vigilância e disciplina do Estado é fundamental em face do desemprego em grande escala, como agora.

Inegável é que o amparo aos carentes não se verificará com eficácia, se o Estado, ou seja, o governo, não der o exemplo de instituir e executar política adequada. A atividade privada, que em regra visa ao lucro, precisa de diretriz superior para atender continuamente aos objetivos gerais de justiça. Neste momento, para atenuar o desemprego, o governo há de rever, sem deformar, a política econômica seguida.

Urge conjugar a visão da estabilidade financeira à exigência de desenvolvimento, para que as soluções técnicas não desprezem as necessidades humanas. Se os riscos de uma revisão da política são grandes, maiores serão os decorrentes de uma inquietação social.

Parece que o recente debate no Senado, desdobrado sem emoção, teve exatamente a virtude de convocar ao exame sereno do problema. Não afrontou o governo, nem lhe estipulou prazo. Participando do debate líderes que o apóiam, as considerações feitas valeram como convite à reflexão. Vendo o desemprego como um mal que se agrava, o Senado exerceu forma construtiva de colaborar: a ponderação. Em quadro de desemprego da extensão do atual, ponderar e sugerir é mais útil do que apenas apoiar, ou simplesmente criticar.

Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia